Sanções das Nações Unidas: o mecanismo jurídico

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O United Nations Act 2001 autoriza o Ministro a editar regulamentos para dar efeito às decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas com base no artigo 41 da Carta.[1] Foram editados regulamentos para cada regime de sanções da ONU, incluindo os relativos ao terrorismo (as United Nations (Anti-Terrorism Measures) Regulations 2001, que implementam a Resolução 1373 e a lista do ISIL e da Al-Qaida), à República Popular Democrática da Coreia, ao Irã, à Líbia, à Somália, ao Sudão do Sul, ao Iêmen e aos demais.[2] Os regulamentos proíbem qualquer pessoa em Singapura, e qualquer cidadão fora de Singapura, de realizar operações com os fundos ou recursos econômicos de pessoas designadas. Proíbem também disponibilizar-lhes fundos e prestar-lhes serviços financeiros. A violação constitui crime punível com multa e prisão.

Para as instituições financeiras aplica-se uma segunda camada. Com base na seção 27A do Monetary Authority of Singapore Act 1970, a MAS edita seus próprios regulamentos, determinando às instituições que supervisiona que bloqueiem os ativos das pessoas designadas e se abstenham de realizar operações com elas. Esses regulamentos espelham os da ONU, mas são aplicados pela MAS como matéria de supervisão.[3] A duplicidade significa que um licenciado de DPT que executa uma

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

operação para uma pessoa designada pela ONU comete tanto um crime nos termos dos regulamentos do UN Act quanto uma infração de supervisão nos termos dos regulamentos da MAS. A TSOFA acrescenta uma terceira camada para o terrorismo: tipifica como crime as operações com bens de terroristas e entidades terroristas designados, que constam de seu First Schedule e de ordens ministeriais, e impõe o dever de comunicação discutido no Capítulo IV.[4]

Designação e bloqueio na prática

Uma designação da ONU produz efeitos em Singapura assim que o comitê do Conselho de Segurança a publica, pois os regulamentos de Singapura incorporam as listas da ONU por remissão. Não há intervalo durante o qual a pessoa designada possa movimentar ativos. Um licenciado de DPT deve, portanto, fazer a triagem com base na lista consolidada da ONU em um formato atualizado quase em tempo real, o que os fornecedores comerciais de triagem oferecem. Diante de uma correspondência confirmada, o licenciado deve bloquear os ativos, não executar a operação e comunicar sem demora o Commissioner of Police e a MAS.[5] Bloquear um saldo de DPT é tecnicamente simples quando o licenciado detém as chaves: a possibilidade de saque do cliente é desativada e o saldo é segregado nos livros da empresa. Bloquear uma transferência de entrada que já foi liquidada on-chain na carteira da empresa significa não creditá-la em nenhuma conta de cliente e mantê-la retida até receber instruções. Bloquear uma transferência de saída que já foi transmitida à rede é impossível, razão pela qual a triagem deve preceder a transmissão.

O regime relativo à República Popular Democrática da Coreia é o que afeta mais diretamente o setor de DPT. O Painel de Especialistas da ONU documentou durante anos que agentes estatais norte-coreanos, em particular o Lazarus Group, financiam o regime por meio do furto de criptoativos de exchanges, bridges e pessoas físicas, com o produto lavado por meio de mixers, corretores de balcão e chain-hopping.[6] Um licenciado de DPT de Singapura que recebe tokens rastreáveis até um furto do Lazarus está operando com recursos econômicos de uma entidade designada pela ONU, ainda que nenhum nome conste de qualquer lista. Os regulamentos proíbem

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

disponibilizar recursos a pessoas designadas tanto de forma indireta quanto direta. A análise de blockchain é, portanto, um instrumento de sanções tanto quanto um instrumento de AML.

Notas

1. United Nations Act 2001 (2020 Revised Edition), seção 2 (regulamentos para dar efeito a decisões do Conselho de Segurança), seção 5 (crimes e penas); a lei foi promulgada em outubro de 2001 em resposta à Resolução 1373 do Conselho de Segurança. ↩
2. United Nations (Anti-Terrorism Measures) Regulations 2001, regs. 4–6 (proibição de operações com bens terroristas e de prestação de serviços financeiros) e reg. 10 (dever de comunicação); United Nations (Sanctions – Democratic People's Republic of Korea) Regulations 2010, conforme alteradas; regulamentos equivalentes para cada um dos demais regimes do Conselho de Segurança. ↩
3. Monetary Authority of Singapore Act 1970, seção 27A (poder de editar regulamentos para dar efeito a decisões do Conselho de Segurança em relação a instituições financeiras); Monetary Authority of Singapore (Sanctions and Freezing of Assets of Persons – Democratic People's Republic of Korea) Regulations 2016 e regulamentos equivalentes para outros regimes. ↩
4. Terrorism (Suppression of Financing) Act 2002, seção 6 (operações com bens de terroristas), First Schedule (terroristas designados) e ordens editadas com base na seção 2 que designam outras pessoas. ↩
5. United Nations (Anti-Terrorism Measures) Regulations 2001, reg. 10; MAS Notice PSN02, par. 6 (triagem), em conjunto com os regulamentos da MAS da seção 27A, que exigem que as instituições financeiras comuniquem à MAS os ativos bloqueados e as tentativas de operação. ↩
6. United Nations Security Council, Reports of the Panel of Experts established pursuant to Resolution 1874 (2009), relatórios anuais 2019–2024, seções sobre o furto de ativos virtuais por meios cibernéticos; o mandato do Painel

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

terminou em abril de 2024 após um veto russo, e a Multilateral Sanctions Monitoring Team apresenta relatórios desde 2025. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com